

A MÁCULA LUSITANA: AS RAÍZES PORTUGUESAS E A INCIVILIDADE DO BRASIL NA LITERATURA DE VIAGEM, SÉCULOS XVIII E XIX

AMILCAR TORRÃO FILHO

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RESUMO: Entre o século XVIII e XIX, quando o porto do Rio de Janeiro se converte num dos pontos mais visitados do hemisfério sul e com a abertura dos portos luso-brasileiros a partir de 1808, com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, muitos viajantes deixaram relatos de sua passagem pelo Brasil. São soldados, missionários, artistas, imigrantes, cientistas, contrabandistas que no fluxo das navegações atlânticas se constituem como observadores de primeira mão de um imenso território que é central no contexto das guerras napoleônicas, do comércio internacional e nas questões referentes ao tráfico de escravos. Nesse momento eles testemunham a superação dos vínculos coloniais da América portuguesa e a construção do Estado nacional e da monarquia brasileira. Uma observação recorrente é a da necessidade de superar os vínculos com a cultura portuguesa, vista como origem malsã que impede o desenvolvimento da civilização pela ignorância, superstição e pela influência deletéria da escravidão. Essa imagem acaba sendo transferida para a historiografia brasileira, sobretudo após a publicação do clássico de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, em 1936. Este artigo pretende rever algumas dessas imagens sobre a civilização portuguesa no Brasil em viajantes britânicos e franceses.

PALAVRAS-CHAVE: Viajantes; Império; Civilização; Historiografia.

THE LUSITAN TAINT: PORTUGUESE ROOTS AND THE INCIVILITY OF BRAZIL IN TRAVEL LITERATURE, 18TH AND 19TH CENTURIES

ABSTRACT: Between the 18th and 19th centuries, when the port of Rio de Janeiro became one of the most visited points in the Southern Hemisphere, and with the opening of Portuguese-Brazilian ports from 1808, and the transfer of the Portuguese Court to Brazil, many travelers left accounts of their time in Brazil. They were soldiers, missionaries, artists, immigrants, scientists, and smugglers who, in the flow of Atlantic voyages, became first-hand observers of an immense territory that was central in the context of the Napoleonic wars, international trade, and is-

sues related to the slave trade. At that moment, they witness the overcoming of colonial ties in Portuguese America and the construction of the national state and the Brazilian nation. A recurring observation is the need to overcome the links with Portuguese culture, seen as an unhealthy origin that prevented the development of civilization through ignorance, superstition and the deleterious influence of slavery. This image ended up being transferred to Brazilian historiography, especially after the publication of Sérgio Buarque de Holanda's classic, *Raízes do Brasil*, in 1936. This article intends to review some of these images about Portuguese civilization in Brazil by British and French travelers.

KEYWORDS: Travellers; Brazilian monarchy; civilization; historiography.

1. MAL DE ORIGEM

Para muitos viajantes, e também historiadores, a colonização portuguesa era um Mal de Origem, responsável pela ausência de uma verdadeira cidadania no Brasil independente. Eram as raízes ibéricas que impediam nosso desenvolvimento, na célebre formulação de Sérgio Buarque de Holanda. Afirmou o historiador, em ensaio bastante conhecido, que o que mais nos caracterizava enquanto povo era o fato de sermos resultado de uma tentativa de implantação da cultura europeia num território «estranho à sua tradição milenar», num ambiente desfavorável e mesmo hostil, o que nos faz ainda hoje, quando escreve seu livro em 1936, «uns desterrados em nossa terra» (Holanda [1936]1988: 3). Outro fato significativo para este autor é o fato de termos sido colonizados por um povo ibérico que, assim como a Rússia e os Bálcãs, constitui um «território-ponte pelos quais a Europa se comunica com os outros mundos», uma «zona fronteira, de transição», menos carregada de «européismo» (Holanda [1936]1988: 3). Uma zona indefinida entre a civilização europeia e seu avesso, responsável pela ausência entre nós de «normas imperativas e absolutas», uma colonização que «cuidou menos em construir, planejar ou plantar alicerces, do que em feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão» (Holanda [1936]1988: 61). A partir desta leitura, seríamos um «país de cultura de transplante, de “raízes cuja tentativa de implantação” pelo colonizador português redundara em fracasso, por serem estranhas ao meio ambiente encontrado» (Bresciani

2005: 464). Por enxerto vêm as ideias importadas, inadaptadas à realidade brasileira, decorrentes de raízes exógenas. Deturpada por um *pecado de origem*, o de carregarmos «a cultura europeia lusitana, colada à nossa pele e à nossa alma» (Bresciani 2005: 75), nossa história padeceria por ter sido formada sobre ideias *fora do lugar*, um *lugar comum* presente em autores de diversos espectros ideológicos, compondo uma metáfora que permitiria

[...] falar da falta de originalidade, do eterno descompasso entre «ideias» e «realidade», de um Brasil recortado em sua original e singular condição nacional. Lugar comum que paradoxalmente aprisiona exatamente por ater-se à metáfora, cerne do argumento da ausência de identidade, de povo novo ainda em formação carregando a pesada e negativa herança lusitana (Bresciani 2005: 101-102).

Algumas das imagens conceituais sobre os portugueses, presentes em muitos dos intérpretes do Brasil como Sérgio Buarque, já são reconhecíveis na literatura de viagem, e muito provavelmente foram retiradas pelo autor de diversos destes textos de viagem. Os viajantes apresentam os lusitanos como eternamente «ciumentos» de suas possessões, impedindo o «comércio» humano e de bens com outras nações; preguiçosos, incapazes de trabalho sistemático, de transformar a natureza tropical; supersticiosos, idólatras, com uma religiosidade de aparência; construtores de cidades desordenadas, anacrônicas, marcadas por um verdadeiro vício de construção; extremamente ignorantes, mantendo suas mulheres em um isolamento «oriental». Em grande parte dos relatos de viajantes vemos uma condenação de um determinado projeto colonial, o ibérico, ou no caso do Brasil independente, a condenação de nossas origens lusitanas que impediam a formação de uma nação mais civilizada.

Para James Tuckey, marinheiro irlandês que passou vinte dias no Brasil em 1803, a ação dos portugueses sobre a natureza exuberante no Brasil não podia ser comparada com a atividade inglesa em seus estabelecimentos nos «trópicos», nos quais «a arte era esgotada para corrigir ou mitigar o ardor do clima, e tornar uma atmosfera abrasadora,

não apenas suportável, mas agradável para a constituição de um homem do norte». Nos «Brasis», diz ele, tudo ao contrário: «os defeitos do clima são acrescidos pela indolência e hábitos sujos dos habitantes» (Tuckey 1805: 47). Isso se daria, sobretudo, pela proximidade do clima do Brasil com o de Portugal, que faria com que os portugueses emigrados «sentissem poucos inconvenientes com a mudança». Já nas colônias inglesas, a diferença era muito maior, e os emigrados não economizavam esforços para «mitigar o fervor do sol, cujo fulgor ardente é capaz de desarranjar o sistema nervoso, enervar o corpo, e tornar a mente uma presa da desatenção e da inanidade» (Tuckey 1805: 47-48). Está implícito, mas não menos claro, que a proximidade de climas entre Brasil e Portugal era mais do que um dado sobre técnicas de construção de casas e cidades; o clima impelia portugueses de ambos os lados do Atlântico a viverem na indolência, na indiferença e na inanidade, incapazes de, pela «arte», ou pela «técnica», transformarem os «trópicos» num espaço apto a receber homens com uma constituição física e moral mais adequada à transformação da natureza, às benesses da civilidade, à capacidade criadora da civilização.

A natureza não será, para Tuckey, a única causadora da preguiça endêmica dos luso-brasileiros; será sobretudo o mal de origem, a mácula da colonização portuguesa, sua «herança lacrimosa» e apática. O progresso da cidade do Rio de Janeiro poderia ser muito maior se ela tivesse sido «colonizada por uma nação de um dinamismo mais perseverante», ainda que este progresso seja notável, levando em conta o «entorpecimento da indolência portuguesa» (Tuckey 1805: 86). Tuckey teoriza algo que está implícito na maioria dos outros viajantes: a disputa colonial na Europa, na qual os portugueses eram vistos como possuidores de vantagens às quais não mereciam, ou seja, os ricos territórios ultramarinos, frutos de uma atividade para a qual pouco contribuíam com engenho e trabalho. O reino ibérico teria obtido essas grandes vantagens «sobre todas as nações da Europa» por ter colonizado a América «possuindo feitorias na costa oposta da África, onde seus colonos conseguiam um fácil e contínuo suprimento de escravos». Além desta facilidade imerecida, ou por causa dela, os portugueses são tão «ciu-

mentos» de suas colônias, que «a introdução da mais insignificante manufatura é proibida» (Tuckey 1805: 86-87).

O que Tuckey teoriza, John Turnbull, um marinheiro mercador inglês considerado como espião pelas autoridades portuguesas, já havia materializado pragmática e realistamente; sua estada em Salvador em 1800 lhe convence da utilidade de tomar posse desta colônia em caso de um rompimento da Inglaterra com Portugal no contexto das guerras europeias. Para ele, era evidente que no curso dos acontecimentos políticos da Europa, em poucos anos a França ou a Inglaterra deveria tomar posse do Brasil, pois «uma nação tão fraca como Portugal, de tão pouca estima na Europa, não conseguiria manter seu monopólio por muito tempo em um país tão extenso ao qual é tão incapaz de manter». Para a França, esta possessão compensaria a perda de Malta ou do Egito; para os ingleses, traria «vantagens mais sólidas» do que «todas as conquistas da França», além de ser um meio de conseguir «uma paz mais honrosa» (Turnbull 1805, v. 1: 26-7). Sua impressão sobre a cidade de Salvador destaca a presença de uma natureza que se sobrepõe à própria cidade. Observa que ela é grande e populosa e «parece dividida pela natureza em uma cidade alta e uma cidade baixa» (Turnbull 1805, v. 1: 20). A cidade grande e populosa, antiga capital da América portuguesa, aparece na descrição de Turnbull como obra da natureza; nenhum vestígio da ação humana, de algum engenho português, a cidade não apenas se «enlaça» na paisagem sem contradição nenhuma, ela é um produto da paisagem, nasce da própria natureza como as suas montanhas. Sem engenho e arte, sem capacidade criadora de domínio da natureza, era natural que em pouco tempo os portugueses já não fossem capazes de manter seus domínios num contexto de reorganização geopolítica na Europa. Para Turnbull isso desfaria o que muitos de nossos autores vêem como uma injustiça, a manutenção de um território tão extenso e rico sob a tutela de uma nação tão fraca.

O contrabandista Thomas Lindley, preso na Bahia acusado de tráfico de pau-brasil e que esteve no Brasil entre 1802 e 1803, chama a atenção para o despotismo português, danoso aos interesses da Grã-Bretanha, como demonstrava a sua prisão por comércio ilegal no Brasil. No

prefácio de seu livro, o negociante afirma que nações como a Inglaterra, cuja riqueza advinha do comércio, eram obrigadas a defender-se contra todo tipo de depredação e violência ocasionadas pelo ciúme ou pela inveja de seu sucesso. Era exatamente o que acontecia naquele momento entre os ingleses e as colônias portuguesas, e seu livro se apresenta como uma defesa do direito de comércio livre da Inglaterra com todos os países (Lindley 1805: IX-X). Aqui se retoma outra tópica importante da colonização portuguesa, de seu ciúme que impedia às suas colônias qualquer contato com o exterior, que seria uma característica tão portuguesa quanto o ciúme doentio e oriental por suas mulheres encerradas nos haréns dos trópicos americanos. Lindley destaca não apenas a necessidade de liberdade de comércio como de se obter informações sobre um território tão rico e tão pouco conhecido, escondido por seus administradores portugueses, tanto na Europa quanto na própria América. Com exceção dos jesuítas, os portugueses nunca tinham se importado em coletar informações sobre o interior do Brasil que poderiam compor um corpo de informações científicas importante, mas este projeto dos inicianos «foi cortado pela raiz pelo ciúme fatal do governo», que impediu a sua continuidade (Lindley 1805: XII). Lindley justifica a sua narrativa como uma forma também de contribuir para a divulgação de informações sobre o Brasil além de servir de estímulo «à emulação de algum viajante mais competente e científico [...] para completar as informações» que ele apenas superficialmente poderia fornecer (Lindley 1805: xv).

A sua prisão, e sobretudo a de sua esposa, inconcebível para o autor num país civilizado, introduzem o casal Lindley numa «terra de misérrias» (Lindley 1805: 46; 28), habitada por «modernos godos» indiferentes à ciência mas muito ciosos em impedir a presença de qualquer estrangeiro em suas terras (Lindley 1805: 241-242). Em companhia de José Joaquim Veloso, capitão do forte que lhe serve de prisão e que lhe dispensa atenção respeitosa, Lindley encontra um homem muito mais inteligente do que a média de seus compatriotas, conhecedor da história de seu país, com quem ele pretende informar-se mais sobre a terra. O senhor Veloso faz justiça ao comentário do autor numa conversa, de que

o Brasil, considerando-se o número de anos que vinha sendo colonizado, o espaço que ocupava e a quantidade de habitantes, exibia «a maior deficiência de talento e curiosidade, talvez, do globo; pelo menos não se vêem esforços para despertar esses atributos» (Lindley 1805: 66). Mesmo o já citado trabalho dos jesuítas era desencorajado pelo governo, e o Brasil havia passado incólume pelo avanço das Luzes no século anterior. O talento que Lindley vê como um bem escasso no Brasil resulta claramente da ausência de curiosidade, de engenho e de entendimento, impossíveis de serem encontrados num povo tão bárbaro como os portugueses, acrescido de sua incapacidade de civilizar os trópicos como uma nação movida pelo comércio, de bens, homens e ideias como era o caso da Grã-Bretanha.

O colonialismo ibérico vinha sendo questionado durante todo o século XVIII pelos filósofos e pelos Estados que concorriam com Portugal e Espanha pelo domínio do comércio tropical; pela Enciclopédia, bem como pela *Histoire Philosophique des Établissements des Deux Indes*, de Abade Raynal e Diderot, e por quase todos os viajantes (Duchet 1995: 194). Destaca-se a crueldade da conquista, o orgulho injustificado deste povo «pobre e soberbo», baseado numa glória passada e num presente de decadência e atraso. Propunha-se uma colonização moderna e produtiva, «da qual a prática ibérica não era certamente o modelo» (Moureau 1999: 169), e o Brasil era apresentado como «uma cópia caricatural de metrópole», uma nação que se sabe de antemão ser degenerada (Moureau, 2005: 281-282). O verbete *Espagne*, da Enciclopédia, redigido pelo Cavalheiro de Jaucourt, define o país à época de Filipe III como um «vasto corpo sem substância, que tinha mais reputação do que força»; destaca ainda o poder da inquisição e dos padres, a «altivez ociosa de seus habitantes», sua pobreza e fraqueza, nenhuma indústria, apesar dos «presentes da natureza» de seu território; e era ainda uma benesse para os outros países europeus que terras tão ricas quanto o México, o Peru, ou o Chile, fossem possessões de «uma nação tão preguiçosa» (*Encyclopédie* 1967-1995: v. 5). Descrição que poderia servir também para definir Portugal e seus domínios, dada a proximidade dos reinos ibéricos em sua decadência para o pensamento ilustrado.

Esta relação histórica e moral que unia Espanha e Portugal é ressaltada por alguns viajantes, como é o caso de George Mouat Keith, comandante da Marinha Real Britânica que esteve em Salvador e Rio de Janeiro em 1805. Keith utiliza um conhecimento prévio, adquirido pelas leituras ilustradas e de viajantes anteriores, para descrever moralmente a América portuguesa, especificamente as suas mulheres. É largamente reconhecido, diz ele, que as mulheres dos estabelecimentos portugueses e espanhóis da América do Sul «têm menos escrúpulos em conceder favores pessoais do que aquelas de qualquer outra nação civilizada no mundo. Assassinatos são frequentemente cometidos aqui; mas as igrejas dão asilo aos criminosos» (Keith 1810: 22-23). Temos na mesma sentença uma condenação moral das mulheres ibero-americanas assim como um diagnóstico desta sociedade formada na América do Sul, na qual a Igreja não cumpre sua missão civilizadora, servindo de asilo ao crime e à superstição, e o Estado não pune os criminosos. São dois conhecimentos prévios que dão forma a esta descrição, um saber enciclopédico que define a Península Ibérica e seus domínios como espaços de barbárie, ainda que de aparência europeia, e um texto prévio, o relato de Capitão Cook, cuja passagem pelo Rio de Janeiro se deu em novembro de 1768, e que serviu de base à maioria dos viajantes que visitaram o Rio de Janeiro depois de sua publicação¹. O texto de capitão Cook foi integralmente reproduzido por George Keith: ele afirma que era «universalmente reconhecido que as mulheres dos estabelecimentos espanhóis e portugueses da América do Sul opunham menos resistência a conceder seus favores do que as de outros países civilizados do mundo». Para ele era possível que não houvesse nenhuma mulher «modesta» entre elas; esta avaliação tão negativa era justificada pelo que o Dr. Daniel Solander, naturalista de sua tripulação, havia visto e lhe contado, que assim que anoitecia, uma ou mais destas mulheres apareciam em cada janela, e «distinguiam aqueles de quem gostavam, entre os homens que caminhavam na rua, jogando-lhe ramalhetes de

¹ Leslie Bethell chama a atenção de que além de Cook (1768), Bougainville (1767) também foi transcrito por Keith em seu relato. Bethell 2003: 24-25.

flores»; e que dois dos homens que o acompanhavam receberam tantas flores que jogaram fora uma enorme quantidade delas (Cook 1862: v. 1, 15-16). Durante muito tempo o relato de Cook sobre o Rio de Janeiro será reproduzido, com ou sem citação, pela maioria dos viajantes. Sobretudo no que diz respeito ao fanatismo papista do Brasil, a moral de suas mulheres, o zelo ciumento dos portugueses com relação à sua colônia, e o hábito de os estrangeiros serem seguidos por um oficial em terra.

Aqui vemos muito bem como funciona na produção do texto de viagem uma forma de representação de terras novas ou desconhecidas que trai «numerosas reminiscências livrescas», tanto ficcionais quanto referências a outros viajantes (Pioffet 2007: 42). É o que poderíamos chamar também da ação de uma «memória da biblioteca», na feliz expressão de Montalbetti (1993: 5), agindo como filtro e guia da descrição, onde cada texto é «o receptáculo de uma tradição que ele repete sem necessariamente reconhecê-la» (Montalbetti 1993: 17). Uma «estratificação coletiva do pensamento», como afirma a autora, que é reproduzida a cada texto que a recompõe, colocando em movimento e evidência as imagens conceituais consagradas que por vezes se sobrepõem à observação direta, uma suposta referência a experiências realmente vividas pelo viajante.

Tomemos outro exemplo do relato de Cook que será reproduzido pelos viajantes por muito tempo ainda, o do já tratado despotismo português na administração de suas colônias. O narrador de seu relato de viagem afirma que o governo português no Brasil era bastante despótico, no qual vice-rei e governador podiam prender pessoas a seu bel prazer e por vezes enviá-las a Lisboa sem acusação formal. O vice-rei mantinha os habitantes da capital e suas tropas num estado permanente de humilhação e subordinação (Cook 1862: v. 1, 15). Este despotismo se estendia aos viajantes ancorados no Rio de Janeiro, já que aqueles que recebiam autorização para desembarcar deveriam ser acompanhados por um oficial local todo o tempo, inclusive nos botes com os quais embarcavam e desembarcavam de seus navios, constituindo essa prática bárbara um «costume da terra» segundo lhe informaram as próprias auto-

ridades locais. O botânico Joseph Banks e seu assistente sueco, Daniel Solander, são impedidos de desembarcar para coletar plantas e o capitão é seguido o tempo todo por um soldado como uma cortesia que ele considera inteiramente dispensável (Cook 1862: v. 1, 10-11). Com muita dificuldade o capitão Cook e seus companheiros podem observar as ilhas da baía e a cidade do Rio de Janeiro, o que lhes proporcionou redigir descrições que gozariam de grande autoridade.

Nos relatos da chamada «Primeira Frota», que levava em 1787 a Nova Gales do Sul seu primeiro governador, Arthur Phillip, esta descrição de Cook funcionará como guia de viagem e como memória textual. Para John Hunter, capitão do *HMS Hunter* e futuro governador de Nova Gales do Sul, era um costume português quando um navio estrangeiro chegasse a seus portos, que um barco de guarda o seguisse constantemente noite e dia, e um soldado era colocado dentro do próprio navio (o mesmo é descrito por Cook) para evitar o contrabando. E quando desembarcados, todos deveriam ser seguidos por um oficial em terra. Hunter se surpreende de que essa «conveniência» não tenha sido prodigada a eles, constituindo uma «extraordinária marca de civilidade e confiança» à qual eles eram extremamente sensíveis (Hunter 1793: 19-20). Para o autor, essa liberdade inusual com a qual foram agraciados, devia-se ao «alto respeito o qual os portugueses devotavam ao governador Philip [sic], que foi por vários anos capitão de sua marinha» (Hunter 1793: 29-30). John White, da mesma frota, surpreende-se igualmente com a ausência de um soldado seguindo-os o tempo todo como «sempre havia sido o costume», uma «liberdade incomum» que permitiu que pudessem inspecionar mais acuradamente «os costumes e o temperamento de homens e mulheres», ao que segue uma extensa descrição da cidade e de seus habitantes (White 1790: 53).

E finalmente, na compilação de diversos diários e documentos da frota, publicada em 1789, faz-se uma referência direta ao relato de Cook: o narrador afirma que baseados nas informações de seu relato, estavam todos muito desconfiados de que seriam vítimas da proibição de desembarque pelas autoridades, mesmo os «cavalheiros empregados em pesquisas filosóficas», além de temerem outros procedimentos de natureza

violenta. Sua surpresa não é pequena ao serem recebidos pelo vice-rei com polidez e lisonja e «livres de qualquer traço de desconfiança ciumenta» (*The Voyage...* 1789: 31). Apesar de antigas diferenças entre o governador Phillip e o vice-rei, D. Luís de Vasconcellos, eles reconheciam que cada um atuara para a honra de sua nação, e o vice-rei, com «o verdadeiro espírito de um homem honrado», não levou estas diferenças em consideração, prodigando-lhes com a permissão de visitar toda a cidade e inclusive fazer excursões até cinco milhas de distância, uma indulgência «totalmente inesperada» (*The Voyage...* 1789: 32-33). Vemos como o texto fundador da narrativa de James Cook funciona como uma autoridade textual que organiza a narrativa de diversos relatos, impondo esta aporia: texto e experiência não são complementares, obrigando a cada narrador a combinar o argumento de autoridade com a observação direta. Esta se torna um fenômeno particular, uma exceção que confirma a regra: os portugueses são déspotas, ciumentos de suas possessões, praticam uma política absurda de sigilo sobre elas, são desconfiados dos estrangeiros. Quando as suas ações não correspondem a essa teoria prévia, trata-se de uma questão pessoal e individual das pessoas envolvidas, o sentimento de honra de D. Luís da Cunha, por exemplo, que é uma característica pessoal sua e não dos demais vice-reis, ou do particular respeito que o governador Phillip provoca nos portugueses por conta de suas relações pessoais com o país e sua própria honra pessoal.

A Ilustração debateu não apenas o lugar de Portugal e Espanha no contexto das nações policiadas, sobretudo da divisão colonial do mundo, mas também que tipo de relato de viagem era mais fiável e útil ao aumento do conhecimento sobre o mundo e da felicidade dos povos. Do ponto de vista da utilidade e qualidade dos textos de viagem, Raynal também questiona as narrativas sobre a América, até então escritas por «soldados ignorantes e clérigos», além de tudo, espanhóis e portugueses. Seria necessário o envio de «viajantes filósofos» para se ter uma imagem mais verossímil do Novo Mundo, bem como seria mais produtora que estas terras também fossem administradas por «povos filósofos». Estes argumentos de Raynal, seguidos também por Adam Smith em

A Riqueza das Nações, constituía uma «nova forma de leitura das fontes», segundo Cañizares-Esguerra, na qual o testemunho direto já não era tão importante: este testemunho deveria ser julgado «pela sua consistência interna, não pela posição social ou pela erudição da testemunha», emergindo aí a *persona* do viajante filósofo (Cañizares-Esguerra 2001: 12-13). Aquilo que Batten define como a evidência interna do relato, que lhe dá verossimilhança e atesta a sua veracidade, para além da experiência do viajante (Batten 1978: 62). O relato de Cook, como vimos, funciona como uma verificação de autenticidade que vai além da experiência vivida: os textos seguintes devem confirmar o que foi descrito por ele, ou devem buscar uma solução conceitual e narrativa para as discrepâncias observadas entre experiência e teoria prévia.

Saint-Hilaire, mesmo depois da «abertura dos portos» no século XIX, ainda se queixa, em carta de cinco de outubro de 1818, de que o governo português autorizava a presença de estrangeiros em seu território americano com «uma extrema dificuldade», dificultando o avanço do conhecimento do interior do país. O distrito dos diamantes havia sido interdito ao secretário da Legação Prussiana, o Pará aos naturalistas bávaros, e o Rio Grande aos austríacos. Fui muito favorecido, diz ele, já que «permitiram-me entrar na Província na qual outros foram proibidos, como a do Rio Grande. Só me foi proibida a Capitania do Mato Grosso, e o ministro acompanhou sua recusa de todas as gentilezas possíveis»². E em outra carta ao naturalista Deleuze, de quatro de dezembro de 1816, Saint-Hilaire retoma a ideia de Abade Raynal, destacando a importância de se enviar ao Brasil, país ainda «novo» e a ser «descoberto» pela ciência, observadores bem treinados. Ele afirma ao amigo naturalista:

Que vasto campo este país oferece ao observador! Não é apenas de naturalistas que ele reclama. Seria necessário um filósofo para estudar estes

² Muséum National d'Histoire Naturelle (Paris), Ms. 2673, Lettre 17.

habitantes e seu caráter tão diferente do nosso, para indicar os remédios à barbárie que ameaça incontestavelmente o interior deste belo país³.

A tarefa dos sábios enviados ao Brasil não era apenas, como desejava Lindley, de coletar informações sobre um país tão rico e desconhecido, mas também indicar as saídas para a barbárie na qual os portugueses haviam mantido seu domínio americano, escondido por um enorme ciúme dos olhos dos cientistas e, porque não, dos negociantes europeus.

2. UMA CORTE TROPICAL

Em 1808, com a chegada da corte portuguesa ao Brasil, tem-se a esperança de que o fim do estatuto colonial possa regenerar a América portuguesa e abri-la à influência civilizadora do comércio livre, de homens, mercadorias e ideias. Com relação à corte joanina no Brasil, os viajantes têm visões no mínimo contraditórias. Ao mesmo tempo em que louvam a presença da corte portuguesa nos «trópicos» brasileiros, para a maioria deles não se trata de uma corte verdadeiramente europeia, é muito mais uma corte «fronteiriça, de transição», insuficientemente preparada para a tarefa de civilizar o território português na América. Exemplo inicial desta visão contraditória é o relato praticamente oficial de Thomas O'Neil, lugar-tenente da esquadra britânica que acompanhou a transferência da corte para o Brasil. Em sua narrativa, temos ainda a tópic do isolamento da América Portuguesa, uma parte do mundo que tinha vivido até então praticamente em estado selvagem; no entanto, a culpa, para ele, não era da Corte portuguesa, mas sim dos vice-reis, que mantinham o país mal administrado e isolado (O'Neil 1810: 35; 28-39). Sobre outro lugar-comum nas descrições do mundo lusitano, afirma que os costumes religiosos dos portugueses poderiam parecer a um «protestante» e a todas «as pessoas ilustradas» como supersticiosos ou inúteis.

3 Muséum National d'Histoire Naturelle (Paris), Ms. 2673, Lettre 14.

Mas recomenda aos navegadores britânicos que, mesmo que não possam ser reverentes a esses costumes, que os observem com «olhar discriminativo e imparcial». Isso, mais do que tudo, facilitaria «o aumento do comércio e a extensão do amor fraternal e universal», sobretudo entre Portugal e Grã-Bretanha (O’Neil 1810: 52-53)⁴.

Em 1809, quando aporta no Brasil o jovem Henry Sidney, que se apresenta como o filho mais velho de um opulento comerciante londrino em viagem de formação, a América ainda pode ser descrita como uma terra desconhecida, perigosa, mas cheia de belezas naturais (Sidney 1815: 2). Graças às suas boas relações, entre as quais estava seu conterrâneo John Mawe, Sidney é apresentado ao próprio príncipe regente, D. João, ao qual o autor descreve com certa simpatia, inclusive por seu intelecto: ele lhe pareceu «toleravelmente inteligente para um Príncipe», na medida em que eles são educados em comparativa ignorância da humanidade⁵. O regente é homem de baixa estatura, mas de aspecto aberto e agradável. Quando refletimos, diz ele, «que ele foi nutrido no Despotismo, e que a Superstição foi sua única instrução moral, devemos nos admirar com a benevolência e racionalidade de seu caráter» (Sidney 1815: 22). Despotismo e superstição serão em quase todos os textos de viagem entre os séculos XVIII e XIX um traço distintivo dos portugueses na América, inclusive depois da fundação da monarquia brasileira, quando estas características trazidas pelos colonizadores permanecerão na base da constituição do Estado e do povo brasileiro.

O autor lamenta, por exemplo, que a afabilidade dos portugueses em relação aos britânicos quando se recebem as notícias da expulsão de Junot de Lisboa pelas tropas de Sir Arthur Wellesley, no mesmo dia de sua apresentação à corte, tenha aumentado ao ponto de obrigá-los

⁴ Tratei das imagens sobre o catolicismo luso-brasileiro nos viajantes franceses e britânicos em Torrão Filho (2010), e Torrão Filho (2019: 286 e ss). Para uma visão deste catolicismo nos viajantes franceses, cf. Torrão Filho (2011).

⁵ O autor cita um trecho de poema de Dryden para ilustrar a sua imagem dos príncipes: «*Princes, like beauties, from their very youth, Are perfect strangers to the voice of truth*» (Sidney 1815: 22).

a participar de uma procissão no dia seguinte, o que ofende a sua sensibilidade reformada. Ele teme não apenas a idolatria que tal cerimônia representa, como «a humilhação de ser obrigado a ajoelhar-se na rua, como faziam todos os homens sem nenhuma distinção» (Sidney 1815: 23). O caráter idólatra e absolutista da sociedade portuguesa representada nesta cerimônia religiosa se completa com a prisão de dois marinheiros ingleses que se recusaram a ajoelhar-se durante a procissão. Ressoando uma imagem clássica da lenda negra ibérica, Sidney afirma que o capitão dos marinheiros pede que ele interceda junto ao Embaixador britânico para que obtenha a libertação dos «delinquentes» antes que eles fossem «entregues à Inquisição e expostos a todas as suas torturas» (Sidney 1815: 23). Estes dois lados da administração portuguesa são apresentados em conjunto para definir o seu caráter: a tolerável inteligência do Príncipe, surpreendente pela sua educação supersticiosa, e o despotismo da própria superstição, nos ecos ainda audíveis em seu texto da temida Inquisição, apenas uma sombra desde as reformas pombalinas, mas suficiente para definir uma interpretação da sociedade portuguesa mesmo nos trópicos.

Para John Mawe, o primeiro estrangeiro a receber permissão para entrar no interior do país (1807-1811), a presença de um governo eficiente e da corte faria do Rio de Janeiro um elo entre diversas partes do Globo, desfazendo o seu histórico isolamento. O resultado era o considerável aumento do comércio que já se observava naquele momento (Mawe 1812: 100). Novos tratados entre a Inglaterra e Portugal, e uma Junta de Comércio no Rio de Janeiro, criada em 1810, contribuiriam para difundir princípios liberais que baniriam aquele «ciúme tacanho com o qual certos indivíduos do capital brasileiro viam os negociantes ingleses, estigmatizados por eles como intrusos». E esta florescente colônia ganharia, «por meio de uma justa competição, o que ela tinha até agora perdido por causa de mercados com estoques abarrotados» (Mawe 1812: 103).

Do ponto de vista da sociedade, Mawe destaca a polidez dos portugueses do Brasil, muito reservados e reticentes a receber estrangeiros em suas residências, mas quando o fazem são «abertos e hospitaleiros». Entretanto, as conversações entre homens educados são muito mais

«animadas do que instrutivas: porque a educação aqui está em um nível muito baixo, compreendendo um limitado curso de literatura e ciência» (Mawe 1812: 105). Novamente o autor aponta o fato positivo de que a corte estava tomando medidas para reformar os seminários e outras instituições de ensino, mas cujos resultados ainda não eram visíveis. Para o britânico Mawe, ainda que o tenha apontado de forma muito discreta, a educação dos portugueses deixada até então aos religiosos era uma das responsáveis não apenas pelo atraso do país, como pela ausência de marcas mais fortes de civilidade e de uma conversação polida e instrutiva entre os homens educados da terra.

Para muitos europeus a presença de uma corte europeia nos trópicos poderia trazer instituições civilizadoras ao Brasil, como esperava John Mawe, entretanto a origem portuguesa desta corte constituía um impedimento ao estabelecimento de um verdadeiro processo civilizatório no Brasil. Louis Freycinet, no relato de sua viagem de circunavegação de 1817, afirma que a Rainha e o Príncipe Regente, ao chegarem ao Brasil, «procuraram conhecer a numerosa série de abusos que existiam e repará-los», tendo como resultado positivo, por exemplo, o fim do monopólio de comércio (Freycinet 1825: 67). No entanto, o novo governo do Reino Unido de Portugal e Brasil seguia a monarquia portuguesa, «cujas formas tiveram sempre as marcas do despotismo». Um aviso, uma simples ordem do Rei transmitida pela boca de um ministro, tinha força de lei. Vê-se que o poder dos soberanos é ilimitado: «tudo o que se passa por suas cabeças pode, assim, adquirir força de lei, mesmo em desprezo aos costumes escritos e em vigor» (Freycinet 1825: 275-276). Sendo assim, as leis vigentes são tão «numerosas, freqüentemente disparatadas, que é absolutamente impossível conhecê-las todas»; a administração pública era gerida numa «espécie de mistério», tornando seu conhecimento muito difícil (Freycinet 1825: 286; 289), fiel ao princípio português de «não fazer novidade» (Freycinet 1825: 317). Não é a lógica, a inteligência ou a moral pública o que define o ordenamento jurídico português, mas imersos no absolutismo, no despotismo e na inação, apenas uma vontade, um capricho ou interesse do soberano e daqueles que o cercam; sem leis justas, não se pode construir uma verdadeira sociedade.

A esposa de Freycinet, que o acompanhou em sua volta ao mundo e deixou um relato de sua experiência, também observou as formas arcaicas de sociabilidade portuguesa usuais no Brasil, como aquela que obrigava que as pessoas, de qualquer qualidade que fossem, e de qualquer idade, que se encontrassem no caminho do Rei em suas saídas, se ajoelhassem, «mesmo que fosse na lama; as pessoas a cavalo e em caruagens tampouco estavam isentas desta cerimônia humilhante», humilhação similar àquela experimentada por Henry Sidney. Ela comenta, ainda, que o embaixador dos Estados Unidos havia se recusado a submeter-se a esse ritual aviltante a sua nação, em honra a um Rei ao qual «ela não devia nada» (Freycinet 2003: 29). Aqui se configura uma tópica importante da literatura de viagem ao Brasil e da historiografia, a da inadequação dos costumes importados, o fausto superficial, de fachada, que esconde um interior degradado por um luxo importado e mal adaptado a uma pretensa «realidade nacional», um gosto pelo superficial, resultante, para os Freycinet, de uma sociedade marcada por um vício de origem, uma herança portuguesa malsã, um clima que provoca a preguiça, uma cidade mal construída e mal «policada»⁶.

O anônimo britânico A.P.D.G., que deve ter estado no Rio de Janeiro entre 1809 e 1817, descreve uma cerimônia igualmente anacrônica e bizarra, o beija-mão do Rei no Rio de Janeiro. Sentado no trono, acompanhado da Rainha e dos príncipes de sangue, Sua Majestade recebe seus súditos, mesmo os mais humildes, e «escuta as suas súplicas». Apesar da aparência imponente, do ar paternal do Rei, a maior parte dos peticionários é composta por «frívolos, inúteis e indignos», buscando apenas seu lucro pessoal. Até mesmo dançarinos de ópera italianos e franceses são admitidos, pedindo pensões pelo serviço de terem «sacudido seus membros à vista da realeza». O que, por «estranha perversi-

⁶ A noção de «ideias importadas», ou «fora do lugar», está presente em muitos autores brasileiros, tendo sido formulada inicialmente por Prado (1929: 206) e Holanda ([1936]1988: *passim*). Elas foram sistematizadas, e «batizadas», pelo crítico marxista Roberto Schwarz (1977: 13-28). Suas ideias foram refutadas por Franco (1976) e por Bresciani (2005: *passim*).

dade» acabavam conseguindo, para escândalo do autor, resultado da «condescendência paternal» do monarca (A.P.D.G. 1826: 173-179), o que poderíamos chamar também de fraqueza. Esta cerimônia revela ao mesmo tempo o anacronismo da monarquia portuguesa e o seu caráter absolutista, na medida em que obriga aos súditos a humilhação de submeterem-se à brutalidade e à vontade dos camaristas, responsáveis pela admissão ou não à sala do trono, ajoelhar-se diante do Rei uma vez admitidos, para implorar favores que dependem exclusivamente da vontade pessoal ou de um capricho de Sua Majestade.

Algum tempo depois, já durante a monarquia brasileira, Debret descreverá cerimônia muito parecida, dedicando-lhe uma imagem bastante significativa. A prancha 19 de seu terceiro volume se intitula *Un notable Brésilien baisant la main de l'empereur arrêté à parler à un officier de sa garde*. Aqui ela perde um pouco de seu caráter de cerimônia oficial, embora pitoresca, que tem em A.P.D.G., para se tornar um ato quase fortuito, ainda que corriqueiro. A imagem mostra o soberano, significativamente de costas, conversando com os oficiais de sua guarda, enquanto o «brasileiro notável» beija a mão do indiferente imperador. No texto que acompanha a imagem, Debret explica que o ainda regente príncipe Pedro havia estabelecido um dia da semana para conhecer as necessidades de seus súditos, todos os sábados a partir das nove da manhã, quando qualquer cidadão poderia ser recebido com suas petições. Entretanto, estando o partido português ainda no poder, ele havia persuadido o príncipe de que qualquer determinação definitiva na administração dependia das Cortes de Lisboa. Limitado por essa decisão, ele «continuou somente o costume do *beija-mão*», considerada uma tradição oriental da mais alta antiguidade, que fora transmitida ao Brasil pelos portugueses, degenerando, afirma o autor, «em obrigação de prostrar esta marca de escravidão a todo súdito que se aproxime de seu protetor». Assim, continua, «diariamente e por hábito, o imperador apresenta a sua mão para ser beijada a todos os que se apresentam em sua passagem», e a sua recusa indicará uma marca pública de desfavor (Debret 1834-1839: v. 3, 158-159). Tanto no anônimo britânico como no artista francês a cerimônia do beija-mão indica uma reminiscência orien-

tal e absolutista do Estado português repassada ao Brasil. E no caso de Debret indica ainda um desvio do caminho inicial empreendido pela independência e suas esperanças de libertação do Brasil de suas raízes portuguesas. Aquilo que no príncipe regente indicava um desejo de escutar seu povo, de tratar diretamente dos problemas do país, se transforma na retomada de uma tradição anacrônica, pela má influência do partido português no imperador⁷. Malgrado as esperanças iniciais do jovem regente, a criação do Império liderada pelo «partido português» mantém, para Debret, um caráter de aparência vazia, de um cerimonial anacrônico e representa, nas costas que nos dá o imperador na imagem, o símbolo de sua indiferença pela sorte de seu povo.

A origem portuguesa contamina, dessa forma, o novo Estado brasileiro, o que Debret não deixará de indicar em seu texto e em suas pranchas à medida que o Império de Pedro I se desenrola, até a sua abdição em 1831, baliza cronológica de sua Viagem Pitoresca. Por isso a afirmação na introdução de seu segundo volume que tanto desagradou aos sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil a quem o livro é enviado, de que a civilização se encontrava «estacionária no Brasil», uma colônia até então abandonada aos «cuidados de um vice-rei», até que em 1808 a vinda da corte havia desfeito o jugo colonial. Mas o último impulso da mudança só se daria seis anos mais tarde, quando o Príncipe Real D. Pedro trocava o seu título pelo de Defensor Perpétuo do Brasil, e logo em seguida o de imperador de sua pátria adotiva, «libertada desde então da influência portuguesa» (Debret 1834-1839: v. 2, I-II). No parecer que elaboram sobre a sua obra para a *Revista do Instituto Histórico*, os sócios Bento da Silva Lisboa e J. D. de Attaide Moncorvo reprovam esta afirmação de que a civilização se encontrava estacionária no Brasil até a chegada de D. João. Aceitam que tenha tido um impulso depois disso, mas era um fato inegável que ela progredia, «apesar do sistema colonial». Eles também lhe reprovam a lisonja a Duguay-

⁷ O Partido Português citado pelo autor eram os políticos ligados ao Príncipe D. Pedro, durante o período de sua regência entre 1821 e 1822, que defendiam os interesses da burguesia portuguesa e eram contrários à independência do Brasil.

-Trouin⁸, parcial ao orgulho francês e inexata, pois confunde as datas de seu ataque ao Rio de Janeiro, além de outras incorreções históricas.

Suas estampas não escapam à atenção dos resenhistas, observando um traço característico da obra de Debret, a tensão entre texto e imagens, que por vezes aparentemente se negam. Sobretudo três delas, que «se não fosse a consideração de que em geral o autor faz elogios aos Brasileiros, pareceria que ele queria fazer uma verdadeira caricatura» (Lisboa, Moncorvo 1841: 98. Cf. Torrão Filho 2019: 328). Uma crítica mordaz e perspicaz dos dois sócios, uma vez que ao mesmo tempo em que a vinda da corte apresenta uma inflexão civilizadora na condição da ex-colônia alçada a Reino Unido, é clara a condenação de Debret ao colonialismo português na América, que segundo ele havia mantido a sua colônia afastada do contato com outros povos e dos efeitos benéficos do comércio livre. Ao criticar o passado português, do qual o Brasil estaria liberto desde a independência, ou desde que o príncipe D. Pedro decidira tornar-se o seu protetor, Debret coloca em questão a contraditória opção do Instituto Histórico de estabelecer uma continuidade entre este passado português e o projeto imperial da jovem monarquia. Um projeto que é desencadeado com a transferência da corte em 1808 e que Silva Dias define como uma «interiorização da metrópole»; ou seja, resultante do «enraizamento de interesses portugueses e sobretudo do processo de interiorização da metrópole no centro-sul da colônia». Sendo assim, nossa independência teria sido provocada por «dissidências internas de Portugal», ou uma «ruptura interna nos setores políticos do velho reino», e não por um sentimento de nacionalidade ou de um desejo de libertação de supostos «grilhões coloniais» por um colono oprimido (Dias 2005: 12). Um processo ambíguo, na medida em que a construção da corte brasileira como novo império representava a manutenção de uma herança portuguesa, sobretudo o território, uma base escravista e a forma monárquica, mas também a sua necessária negação para a construção do novo Estado (Mattos 2005: 13). Debret é hábil em

⁸ Ené Duguay-Trouin (1673-1736) foi um corsário francês que invadiu o Rio de Janeiro em 1711.

compreender essa contradição, de nossa identidade brasileira ainda atrelada a uma herança lusitana, indicando em seu texto a necessidade de que o Brasil efetivamente se liberte de sua origem portuguesa, e do partido português que nos dominava ainda, para construir uma verdadeira nação civilizada, rompendo definitivamente os laços com seu passado colonial e desenraizando os interesses lusitanos que estancavam o seu desenvolvimento próprio.

As esperanças de Debret estavam no estabelecimento da corte imperial no Rio de Janeiro, «o centro de onde a civilização iria irradiar-se para todas as partes do território». Rapidamente, diz ele, a cidade se modificou para receber as influências da civilização: «o luxo criou artífices hábeis; as ciências formaram sociedades de encorajamento; a arte conquistou adeptos e a tribuna, oradores». E o jovem de elite podia visitar a Europa, aprender sobre as ciências, sobre a indústria, e voltar para ser um dos «mais preciosos sustentáculos de sua *pátria regenerada*» (Debret 1834-1839: v. 2, II). A Corte dá uma maior dignidade ao Rio de Janeiro: as residências da nobreza, nos arredores da cidade, são novas e elegantes, as ruas são estreitas, porém bem alinhadas havendo na Rua Direita e da Quitanda, casas de três ou quatro andares (Debret 1834-1839: v. 2, 3). Se a aparência da cidade não o decepciona, isso se deve à ação civilizadora da Corte, ao Reinado de D. Pedro I e sobretudo à afluência de franceses que movimentavam o comércio e os serviços da capital, como cabeleireiros, cirurgiões-dentistas, padeiros, artistas etc. Os prazeres da mesa já eram comuns, trazidos por ingleses e alemães, além dos viajantes que chegavam em grande número. Um francês teria sido o responsável pela introdução da farinha na cidade, fazendo progredir o negócio das padarias, favorecido pelo acréscimo do consumo «provocado pela prodigiosa afluência de seus compatriotas *comedores de pão*» (Debret 1834-1839: v. 2, 41). Assim como os gregos frente aos bárbaros, os *comedores de pão* franceses vieram trazer as Luzes da civilização às terras incultas e imersas na barbárie da América. Os franceses são apresentados por Debret como aqueles capazes de, no contexto de uma nova corte nos trópicos, desfazer a herança portuguesa que nos aprisionava em uma cultura anacrônica e quase bárbara, para que o Império pudesse

civilizar suas populações indígenas, sua massa de escravos e de libertos, bem como os próprios colonos transformados em súditos do Império, que deveriam tornar-se verdadeiros cidadãos de uma monarquia constitucional e moderna.

3. VÍCIO DE ORIGEM

Entretanto a presença da Corte, fosse a de D. João VI, fosse a do imperador Pedro I, não era suficiente para dirimir todos os problemas de nossa colonização. Os portugueses não estavam à altura do fardo de civilizar a selvagem natureza americana, como afirma Louis Freycinet: «Que pena que um tão belo país não seja explorado por uma nação ativa e inteligente! Pois tal é a temperatura deste clima, que ao lado das produções do novo mundo poderiam fazer crescer a maior parte daquelas do velho continente» (Freycinet 1825: 218). A ilusão da benesse do clima e da beleza sublime e inarrável da cidade do Rio de Janeiro esconde uma imagem de desordem e caos, que se reflete na materialidade da cidade, não apenas da capital, mas de todos os centros urbanos brasileiros, como reflexo da colonização portuguesa e de seus defeitos. Para os viajantes, a cidade luso-brasileira é o inverso de uma verdadeira cidade, talvez o inverso da cidade europeia, ou apenas o espelho no qual se refletem suas idiosincrasias. Ela é o verdadeiro espelho da alteridade, muito mais do que as selvas e florestas virgens.

Na descrição da capital e de suas construções, Freycinet tenta explicar porque a cidade é tão mal construída e irregular: ele afirma que as casas são mal ventiladas, inadequadas ao clima, ordinariamente construídas em apenas um pavimento, no máximo dois, com um grande salão dando para a rua e pequenas alcovas e corredores mal arejados; as casas do Rio de Janeiro impeliam seus moradores ao vício, à depravação, à preguiça. Mais do que isso, haveria um «vício de construção» dos portugueses que construiriam as suas casas — e cidades — de maneira irregular e inadequada, cujas causas seriam os modos e hábitos dos cidadãos, «que, passando a maior parte de sua vida a dormir, a passear, a

olhar pela janela e a receber de vez em quando seus amigos, só têm, de fato, necessidade de seu salão e de sua alcova»; e o segundo motivo, mais técnico, seria o preço alto dos terrenos na cidade, obrigando a se construir o máximo no menor espaço possível, dando-lhes apenas a largura estritamente necessária para que entrasse um mínimo de luz (Freycinet 1825: 178-179). Mais do que a escolha de normas construtivas inadequadas, haveria uma inadequação dos homens que construíam estas cidades da América portuguesa, já que os proprietários dirigiam os operários «à sua maneira», daí derivando «as inúmeras irregularidades que enfeiam os edifícios» (Freycinet 1825: 179).

É interessante como Freycinet nos dá uma explicação técnica para a forma de construção das casas na cidade, que ele próprio recusa ao formular a sua explicação: embora houvesse falta de espaço e especulação imobiliária, usual numa cidade tornada sede de um império ultramarino e porto internacional, ainda assim, o que o autor destaca em sua explicação é o *vício de construção*, o *mal de origem* da colonização portuguesa. O ciúme e a preguiça, que Freycinet considera alguns dos vícios dos portugueses, estavam ligados também à inveja que sentiriam dos «talentos dos estrangeiros», o que demonstrariam por toda sorte de «aborrecimentos» a eles. (Freycinet 1825: 198). Vemos desta forma que a sua chave interpretativa é a do *vício*: a sociedade luso-brasileira é formada a partir dos vícios que caracterizam os portugueses, além daqueles trazidos pelos negros africanos ou os que tinham sido acrescentados pelos indígenas. Não é a observação que define as imagens conceituais da preguiça, inveja ou ciúme, mas a teoria que instrumentaliza e dá contornos à narrativa, que passa sem mediação da descrição à interpretação, de Portugal ao Brasil.

Eschwege é outro autor a dar destaque à presença da corte portuguesa no Brasil, notando que este fato foi «particularmente feliz para a prosperidade deste Reino; as ciências também ganharam, pois o país foi então aberto aos estrangeiros» (Eschwege 1819: 99). Note-se que o principal neste fato não é exatamente a chegada da corte portuguesa, mas muito mais a possibilidade aberta a que outros estrangeiros tivessem acesso à natureza e às riquezas imensas do país. Pois até então os por-

tugueses haviam «publicado um bem pequeno número de obras sobre este vasto país que eles possuem há três séculos», vendo ainda, com maus olhos que «os estrangeiros tocassem muito fundo a verdade sobre certos pontos», o que teria sido possível apenas com a vinda dos sábios alemães após o casamento da arquiduquesa Maria Leopoldina com D. Pedro (Eschwege 1819: 100). Uma destas verdades, tocada por Eschwege, diz respeito à tão propalada hospitalidade do brasileiro: para ele, ela não passa de uma aparência; até então se supunha que os viajantes eram ajudados e considerados pelo governo, «muitas vezes até preferidos aos habitantes do país»; entretanto, por isso mesmo, eram vistos por estes «senão com desprezo, ao menos com pouca estima, mesmo que fossem da religião católica». Quanto aos protestantes, eram vistos como heréticos e tratados com desconfiança, «como homens capazes de trair o país». É bem verdade, que o viajante poderia ter a segurança de viajar pelo Brasil sem o risco de ser insultado face a face, ao contrário, ele será acolhido «em todas as partes com polidez e hospitalidade». Mas é na permanência de um ano, que ele poderá perceber «as disposições pouco favoráveis aos estrangeiros; é raro que elas se manifestem num primeiro encontro» (Eschwege 1819: 118-119).

Para Saint-Hilaire, ainda que a corte fosse um avanço, a sua origem portuguesa ainda pesava sobre as possibilidades do Reino Unido. Os brasileiros não podiam ser acusados pelos poucos progressos de sua nação, pois «todo o mundo sabe que o sistema colonial tendia a retardar os progressos da instrução, e desde que seus portos foram abertos aos estrangeiros, aqueles que se propunham a serem seus senhores, tinham eles mesmos freqüentemente que serem instruídos» (Saint-Hilaire 1830: v. 1, 27). Em sua visão, o fim da malfadada colonização do Brasil era mais obra francesa que portuguesa: «Se a entrada dos franceses em Lisboa e o estabelecimento da corte de Portugal no Rio de Janeiro exigiram que se emancipasse o Brasil [...] não se foi muito longe» (Saint-Hilaire 1830: v. 1, 92). É natural para ele que determinados caminhos tomados pela história dos portugueses no processo da civilização e de um ordenamento político mais justo, não fossem devidos às ações e aos desejos dos lusitanos, mas da força imperiosa de povos mais desenvolvidos. Por

isso, a presença da corte joanina não tinha sido suficiente para civilizar o país na medida em que práticas antigas, anacrônicas e despóticas que vinham sendo secularmente utilizadas ainda eram mantidas pela monarquia independente:

Ao sistema monárquico que substituiu o despotismo cujo resultado era esgotar e desunir, não se soube reatar instituições uniformes e monárquicas. O Brasil estava emancipado; mas como todos os detalhes do regime colonial subsistiam, não havia nenhuma harmonia no conjunto do governo (Saint-Hilaire 1830: v. 1, 92-93).

Nestas imagens encontramos o eco de uma condenação à colonização portuguesa e a sua organização social e política: apenas superando a condição de colônia, de uma potência decadente, supersticiosa, fraca e invejosa, poder-se-ia prever alguma civilização num território tão novo e ainda não desbravado como o Brasil. Isso por meio de uma monarquia constitucional, pela superação dos entraves da escravidão, e uma presença estrangeira civilizatória. Assim como Debret ou Freycinet, Saint-Hilaire também percebe o fato, e se preocupa com isso, de que o processo de independência brasileira foi feito a partir de dissidências dentro dos grupos políticos e das elites portuguesas, a partir de suas tensões internas. Compreende, enfim, que a sociedade que se forma no Brasil imperial tinha tido como alternativa «manter a continuidade de sua estrutura política, administrativa, econômica e social» (Dias 2005: 19), constituindo o caráter conservador de nossa emancipação. Se isso nos protegeu das revoluções sangrentas da América espanhola, para os viajantes, por outro lado, nos manteve atados à herança colonial, absolutista e atrasada dos portugueses, já que «conservou» o mundo que os portugueses tinham criado na América. O processo de civilização para estes viajantes é muito claro: inicialmente, a superação dos vínculos coloniais, que mantiveram o Brasil «isolado» do mundo, sem comunicação com a Europa e nenhum tipo de comércio, nem no sentido de bens e mercadorias, nem no de comunicação entre ideias, povos e indivíduos. Superados os vínculos coloniais, dever-se-ia apagar a herança lusitana, as raízes

portuguesas, que nos mantinham assentados à barbárie, que mantinham a nossa civilização até então estacionária.

4. UMA QUESTÃO DE FAMÍLIA

Este descompasso da nação brasileira se deve, como vimos, à origem portuguesa do jovem Império brasileiro, que mesmo independente ainda se ressentia das raízes lusitanas fincadas no país. O senhor de Chavagnes, conde de Suzannet, publica em 1844 um artigo devastador na *Revue des Deux Mondes*, resultado de sua viagem ao país em 1842, texto no qual a origem portuguesa, mesmo depois de vinte anos de emancipação, ainda é um entrave ao desenvolvimento do Brasil como nação livre e civilizada. Para ele, já no primeiro parágrafo de seu texto, a visita às cidades brasileiras, mesmo uma estada prolongada, era um empecilho a uma compreensão «exata e completa» do Brasil; para melhor avaliá-lo seria preciso

[...] meter-se no interior das terras, ali onde só penetrou a meias a influência europeia; é ali que aprendemos a conhecer a população, e é ali também que nos damos conta dos numerosos e diversos obstáculos que barram neste império o desenvolvimento da prosperidade material e da civilização (Suzannet 1844: 66).

Para o senhor de Chavagnes, a cidade mascara a verdadeira «realidade», escondendo os desafios de uma nação civilizada apenas «a meias», incompletamente, e cuja barbárie ameaça a todo o momento estancar os pequenos avanços do progresso que o fim do estatuto colonial tinha iniciado.

Seu artigo, dividido em duas partes, tem como função se contrapor ao «amor-próprio» dos brasileiros que acreditavam que seu país era o «ponto central da civilização na América do Sul» e logo poderia rivalizar com os Estados Unidos. Reconhece que o país tinha grandes recursos, que o solo não necessitava nada para produzir, mas o papel, pergunta-se, «que desejava desempenhar esta raça portuguesa degenerada está

à altura de suas forças? Esta questão que se coloca o viajante que desembarca no Rio de Janeiro, ele não tarda a responder em um sentido bem contrário aos sonhos do orgulho brasileiro» (Suzannet 1844: 66-67). Poucos viajantes serão tão claros, afirmando a incapacidade dos luso-brasileiros em levar à frente esta tarefa, nem ligarão tão estreitamente o destino da monarquia brasileira às suas origens lusitanas. Na publicação em livro deste texto, há uma interessante digressão sobre o Rio de Janeiro e sua paisagem, que é descrita como uma espécie de síntese e imagem conceitual do Brasil: ele afirma que a baía de Guanabara não oferece «o imponente espetáculo das vistas de Nápoles ou de Constantinopla», às quais era frequentemente comparada. Sobre as montanhas que emolduram a baía, à exceção do Pão de Açúcar, «cone árido, mais bizarro do que majestoso», e do Corcovado, «que paira sobre nossas cabeças», «no qual procurei em vão», diz ele, «perceber diferenças de forma que me permitissem distingui-las». O aspecto destas montanhas, afirma, é semelhante «à face dos negros, que por não terem fisionomias distintas, apenas o hábito nos impede de confundir-los» (Suzannet 1846: 201). Ainda que afirme que na cidade não se pode compreender o verdadeiro caráter do Brasil, o Rio de Janeiro tornou-se, para ele, metáfora e imagem símbolo do país: cidade opaca, indefinível, indistinguível, face sem fisionomia de uma nação que é igual aos negros que inundam suas ruas e fazendas, um único rosto desfigurado e sem expressão. Se a expressão facial representa uma «relação entre a interioridade do homem e sua aparência, e de suas transformações» (Courtine, Haroche 1988: 48), a expressão do negro, e por antonomásia, do Brasil, representa o vazio e a inexpressão; nada mais além de ilusão e desordem, resultante de uma origem espúria.

Outra observação de Suzannet é a da dificuldade de se obter informações sobre o interior do Brasil, pela incapacidade de se conseguir qualquer dado sobre alguma região do país pelas pessoas que habitam estas áreas, incapazes de dar informações ainda que incompletas; é impossível, diz ele, encontrar um homem que possa dar uma opinião sobre o estado das províncias do interior «apoiada em fatos». Para conseguir então alguma informação correta, a única opção era recorrer

«às obras dos diferentes viajantes que exploraram o Brasil» (Suzannet 1844: 68). Os brasileiros «não viajam jamais», por isso são incapazes de produzir informações confiáveis sobre seu país, o que faz com que o Rio de Janeiro se encontre impossibilitado de ser um verdadeiro centro de decisões políticas e econômicas que interessem às demais províncias; para isso, os homens de Estado deveriam ter informações «aprofundadas sobre a situação das diferentes províncias, conhecimentos que lhes faltavam inteiramente»; esta ignorância seria a causa das inúmeras revoluções, que acabariam por dividir o país e permitir num futuro próximo a instalação de uma república (Suzannet 1846: 205-206).

Suzannet deixa mais claro o que está implícito em alguns viajantes, de que o Brasil não pode ser administrado apenas pelos luso-brasileiros, por sua incapacidade administrativa e, neste caso, por sua incapacidade de compreender a própria «realidade»; o mundo que os cerca foi apenas de certo modo criado por eles, pois a maior parte do Brasil teve muito mais a mão da natureza para a sua formação do que propriamente dos homens, já que os portugueses pouco teriam criado na América. Caberia aos estrangeiros dar as «lições severas para esclarecer os brasileiros de seus verdadeiros interesses» (Suzannet 1844: 851). O texto de Suzannet leva ao paroxismo e ao exagero teses que estão, em maior ou menor grau, presentes na literatura de viagem, tanto em autores franceses como britânicos. Leva ao limite a ideia de imoralidade, desordem e caos da sociedade e das cidades luso-brasileiras, e ainda em 1842, ano de sua viagem ao país e vinte anos depois da Independência do Brasil, a origem portuguesa aparece como uma mácula, um vício de origem, uma raiz malsã do Brasil. «O estado moral da população de origem portuguesa responde a suas luzes: a corrupção dos costumes brasileiros é demasiadamente conhecida para que eu queira citar exemplos; é, aliás, uma *questão de família*» (Suzannet 1844: 94. Destaque meu).

Para muitos viajantes o país não necessitava mais do que orientação, mudanças de costumes, de hábitos, o fim da escravidão e a valorização do trabalho livre, embora esta condenação do cativo tivesse

quase sempre um caráter ambíguo, pois ela era vista por vezes como um mal menor em vista da selvageria dos negros, uma possibilidade de civilização pelo trabalho compulsório, ainda melhor do que vida que poderiam levar no coração das trevas que era o continente africano. Mas a questão de fundo permanece a mesma: a sociedade está incompleta, as cidades não são mais do que uma aparência, um «verniz» de civilidade que não corresponde ao estado real do país. A civilização no Brasil se apresenta como uma utopia europeia nos «trópicos», que necessitava de um povo menos degenerado do que os luso-brasileiros para poder cumprir o desígnio da tarefa de colonização e de redenção da América, de vencer o império da natureza e da barbárie que assolavam o interior do continente e mesmo as suas principais cidades. As cidades luso-brasileiras, sobretudo a capital do Reino Unido e, depois, do Império brasileiro representavam, assim, o desconcerto do europeu frente à obra colonizadora portuguesa na América: obra de um Reino híbrido, fronteiriço, de formas europeias que escondem uma essência bárbara, irracional e invejosa. Um simulacro de civilização, inadequado aos climas do Sul, no qual desejava se estabelecer um povo incapaz, marcado pelo vício de origem, uma espécie de pecado original, acrescido dos males da mistura de raças, todas elas degeneradas. Os viajantes que estiveram aqui depois da dissolução do Reino Unido com Portugal percebem também o caráter particular de nossa independência, cuja ruptura se constrói numa continuidade com a obra colonizadora portuguesa, que dá ao novo império o seu projeto político centralizador, de integração das províncias neutralizando os conflitos regionais (Dias 2005: 37). Por conta desta inferioridade, a vinda da corte joanina, interiorizada na América pela invasão napoleônica e pelo auxílio britânico, parecia inevitável: uma atração irresistível de uma corte degenerada e de um soberano decadente, «nutrido no despotismo e na superstição», por uma terra selvagem, sublimemente inculta e bela, que deixaria como herança um império igualmente degradado, saído, enfim, da mesma família.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Manuscritas

SAINT-HILAIRE, Auguste (1816-1818). «Lettre 14, 1816»; «Lettre 17, 1818». *Correspondence d'Auguste Saint-Hilaire*. Paris: Muséum National d'Histoire Naturelle-MNHN, Salle des Vélins. Ms. 2673.

Fontes Impressas e Bibliografia

A.P.D.G (1826). *Sketches of Portuguese life, manners, costume, and character*. Londres: Geo. B. Whittaker.

BATTEN, J. R.; CHARLES, L. (1978). *Pleasurable Instruction. Form and Convention in Eighteenth Century Travel Literature*. Berkeley: University of California Press.

BETHELL, Leslie (2003). *Brazil by British and Irish Authors*. Oxford: Centre for Brazilian Studies, University of Oxford.

BRESCIANI, Maria Stella Martins (2005). *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Unesp.

CAÑIZARES-ESGUERRA, Jorge (2001). *How to Write the History of the New World: Histories, Epistemologies, and Identities in the Eighteenth-Century Atlantic World*. Stanford: Stanford University Press.

COOK, James (1862). *The Voyages of Captain James Cook. Illustrated with Maps and Numerous Engravings on Wood. With an Appendix, Giving an Account of the Present Condition of the South Sea Islands, &c.* Londres: William Smith, 2 v.

COURTINE, Jean-Jacques, HAROCHE, Claudine (1988). *Histoire du visage: Explorer et taire ses émotions (du XVII^e siècle au début du XIX^e siècle)*. Paris: Payot; Rivages.

DEBRET, Jean Baptiste (1834-1839). *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil, ou Séjour d'un Artiste Français au Brésil, Depuis 1816 jusqu'en 1831 inclusivement, Époques de l'Avènement et de l'Abdication de S.M.D. Pedro 1^{er}, Fondateur de l'Empire Brésilien*. Paris: Firmin Didot Frères, 3 v.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva (2005). *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2. ed. São Paulo: Alameda.

- DUCHET, Michèle (1995). *Anthropologie et histoire au siècle des Lumières*. Paris: Albin Michel.
- Encyclopédie ou Dictionnaire Raisoné des Sciences des Arts et des Métiers. Nouvelle impression en facsimilé de la première édition de 1751-1780* (1967-1995). Stuttgart - Bad Canstatt: Friederich Frommann Verlag (Günther Holzboog).
- ESCHWEGE, M. d' (1819). «Observations sur la manière de voyager dans l'intérieur du Brésil, et tableau de cette partie du pays». *Nouvelles Annales des Voyages, de la Géographie et de l'Histoire*, 3, 99-120.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho (1976). «As ideias estão no lugar». *Cadernos de Debate*, 1, 61-64.
- FREYCINET, LOUIS (1825). *Voyage autour du monde entrepris par ordre du Roi. Sous le ministère et conformément aux instructions de S. Exc. M. le Vicomte du Bouchage, secrétaire d'État au Département de la Marine. Exécuté sur les corvettes de S.M. l'Oranie et la Physicienne, pendant les années 1817, 1818, 1819 et 1820*. Paris: Pillet Aîné, vol. Historique.
- FREYCINET, Rose de (2003). *Journal du Voyage Autour du Monde*. Anotée par Charles Duplomb. Paris: Éditions du Gerfaut.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de ([1936]1988). *Raízes do Brasil*. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- HUNTER, John (1793). *An Historical Journal of the Transactions at Port Jackson and Norfolk Island, with the Discoveries which have been made in New South Wales and in the Southern Ocean, since the publication of Phillip's Voyage, compiled from the Official Papers; Including the Journal's of Governors Phillip and King, and of Lieut. Ball, And the Voyages From the First Sailing of the Sirius in 1787, to the Return of that Ship's Company to England in 1792*. Londres: John Stockdale.
- KEITH, George Monat (1810). *A Voyage to South America, And The Cape of Good Hope*. In His Majesty's Gun Brig *The Protector*, Commanded by Lieut. Sir G. M. Keith, Bart. London: Richard Phillips.
- LINDLEY, Thomas (1805). *Narrative of a Voyage to Brasil; Terminating in the Seizure of a British Vessel, and the Imprisonment of the Author and the Ship Crews, By the Portuguese. With General Sketches of the Country, its Natural Productions, Colonial Inhabitants &c. and a Description of the City and Provinces of St. Salvador and Porto Seguro. To which are added, A Correct Table of the Latitude and Longitude of the Ports on the Coast of Brasil, Table of Exchange, &c.* Londres: J. Johnson.

- LISBOA, Bento da Silva; MONCORVO, J. D. de Attaide. (1841). «Parecer sobre o 1º e 2º volume da obra intitulada *Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'en 1831, inclusivement*. Par J.B. Debret». *Revista Trimestral de Historia e Geographia*, 9, 93-99, abr.
- MATTOS, Ilmar Rohloff de (2005). «Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política». *Almanack Braziliense*, 1, 8-26, maio. [Em linha] [10 dezembro 2011] <http://www.almanack.usp.br/PDFS/1/01_forum_1.pdf>.
- MAWE, John (1812). *Travels in the interior of Brazil, particularly in the gold and diamond districts of that country*. Londres: Longman, Hurst, Hees, Orme, and Brown, Paternoster-Row.
- MONTALBETTI, Christine (1997). *Le Voyage, le Monde, et la Bibliothèque*. Paris: PUF.
- MOUREAU, François (1999). «O Brasil das Luzes francesas». Trad. port. Jean Briant. *Estudos Avançados*, 13(36), 165-181.
- MOUREAU, François (2005). *Le Théâtre des Voyages: Une scénographie de l'Âge classique*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne.
- O'NEIL, Thomas (1810). *A concise and accurate account of the proceedings of the Squadron under the command of Rear Admiral Sir Sydney Smith, K.S. &c. in effecting the escape of the Royal Family of Portugal to the Brazils, on November, 29, 1807; and also the Sufferings of the Royal Fugitives, &c. during their Voyage from Lisbon to the Rio de Janeiro: with a variety of other interesting and authentic facts*. Londres: Barfield.
- PIOFFET, Marie-Christine (2007). *Espaces lointains, espaces rêvés dans la fiction romanesque du Grand Siècle*. Paris: Presses de l'Université de Paris-Sorbonne.
- PRADO, Paulo (1929). *Retrato do Brasil: Ensaio Sobre a Tristeza Brasileira*. 3. ed. São Paulo: D.P.&C.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de (1830). *Voyages dans l'intérieur du Brésil. Première Partie. Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes*. Paris: Grimbert et Dorez, 2 v.
- SCHWARZ, Roberto (1977). *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades.
- SIDNEY, Henry (1815). *The travels and extraordinary adventures of Henry Sidney, in Brazil, and the interior regions of South America, in the years 1809, 1810, 1811, and 1812*. Londres: J. Ferguson.

- SUZANNET, L. de Chavagnes, conde de (1844). «Le Brésil en 1844. Situation morale, politique et financière. Intérieur du pays. Les Villes maritimes. Avenir politique. Rapports du Brésil avec l'Europe». *Revue des Deux Mondes*, 7(3), 66-105; 849-909.
- SUZANNET, L. de Chavagnes, conde de (1846). *Souvenirs de Voyages: Les Provinces du Caucase, L'Empire du Brésil*. Paris: G.-A. Dentu.
- The Voyage of Governor Phillip to Botany Bay; with an Account of the Establishment of the Colonies of Port Jackson & Norfolk Island compiled from Authentic Papers, which have been obtained from the several Departments, to which are added The Journal of Lieuts. Shortland, Watts, Ball & Capt. Marshall, with an Account of their New Discoveries* (1789). Londres: John Stockdale.
- TORRÃO FILHO, Amilcar (2010). «Cidade aberta, sem muralhas: A religião luso-brasileira na literatura de viagem (séculos XVIII-XIX)». *História* (São Paulo), 29(1), 71-90.
- TORRÃO FILHO, Amilcar (2011). «Le catholicisme luso-brésilien selon les voyageurs français du XIX^e. siècle». *Travaux de Littérature*, xxiv, 207-217.
- TORRÃO FILHO, Amilcar (2019). *A Arquitetura da Alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem* (1783-1845). 2. ed. Curitiba: Appris.
- TUCKEY, James H. (1805). *Account of a Voyage to Establish a Colony at Port Philip in Bass's Strait, on the South Coast of New South Wales, in His Majesty's Ship Calcutta, in the years 1802-3-4*. Londres: Longman, Hurst, Rees, and Orms, Paternoster Row.
- TURNBULL, John (1805). *A Voyage Round the World, in the Years 1800, 1801, 1802, and 1804; in Which the Author visited the principal Islands in the Pacific Ocean, and the English Settlements of Port Jackson and Norfolk Island*. Londres: Richard Phillips, 3 v.
- WHITE, John (1790). *Journal of a Voyage to new South Wales with Sixty-five Plates of Non descript Animals, Birds, Lizards, Serpents curious Cones of Trees and other Natural Products*. Londres: J. Debrett.